

HISTÓRIA

EM
DEBATE

ANAIS DO XVIº SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

HISTÓRIA EM DEBATE

Problemas, Temas e Perspectivas

ANPUH: 30 anos

CNPq

InFour

Tempo e os Homens: Dom, Servidor e Senhor.

Raquel Glezer

A proposta de discutir a relação “Tempo e Poder” como atividade do Grupo de Estudos sobre o Tempo do IEA/USP apresentou-se como muito atraente. Em função das limitações concretas, escolhi, na perspectiva de historiador, apoiada em historiadores, apenas um dos múltiplos enfoques possíveis, o que discute a transformação das relações dos homens com o Tempo, de maneira generalizadora, valorizando-as como indicadores de poder.

Pretendo explorar sumariamente a relação que os homens desenvolveram com o Tempo, na perspectiva da civilização ocidental.

Na tradição ocidental cristã, ou européia ocidental, a percepção do Tempo está mais relacionada à tradição judaico-cristã do que à helênica.

Para os gregos, o Tempo dos homens, quer entendido como cíclico, de eterno retorno, quer como sub-lunar, degradado, sujeito à destruição, foi percebido, concebido e trabalhado por seus historiadores com um tempo não linear, presentificado, limitado em alcance pela vida e memória humanas⁽¹⁾.

1- O TEMPO COMO DOM

Na tradição judaico-cristã, Tempo é elemento fundamental, articulador da história, da vida dos homens - eixo linear progressivo e explicativo: o Tempo possui um fim em si mesmo, “telos”, que embora pudesse ser confundido com a Eternidade, imaginada como estática⁽²⁾.

Para o Cristianismo, em seu desenvolvimento, Tempo, elemento explicativo acabou sendo um processo de raciocínio e formulação de razões.

A concepção de Tempo na Bíblia e no cristianismo primitivo era a de tempo teológico, iniciado por Deus e dominado por Ele, pois Tempo era condição necessária e natural de todos os atos divinos. A Eternidade surgia como a dilatação do Tempo até o Infinito, permitindo a percepção de que entre ambos havia diferença quantitativa.

Os textos do Novo Testamento introduziram uma questão diferenciada, nova: o Tempo como dimensão histórica, pois passou a haver um centro, Cristo, e uma finalidade, a Salvação: “*desde a Criação até Cristo, toda história do passado, tal como é relatada no Antigo Testamento, passou a fazer parte da história da Salvação*”.

Surgiu então uma ambigüidade, pois aos pensadores cristãos, diversamente dos judeus, que concebiam o Futuro de forma escatológica e coletiva, a Encarnação passou a dar sentido ao Tempo, pois com certeza da possibilidade de Salvação, trazida pelo Cristo, a realização dela foi transferida para a história coletiva ou para a individual.

Santo Agostinho, em suas reflexões, explicou a ambivalência pelo fato de que no âmbito da Eternidade, os homens, subordinados à Providência, dominam seu próprio destino e o da Humanidade simultaneamente.

Nos séculos seguintes, do VI ao XI, a sociedade medieval praticamente congelou a reflexão histórica, retirando o Tempo da História ao assimilá-la à História da Igreja, renegando a História, preferindo como gêneros a epopéia e a canção de gesta, provocando o esvaimento da historicidade, resultante da atuação dos pensadores políticos ligados ao agostinianismo.

A questão do Tempo só foi retomada posteriormente, quando o tema do "final dos tempos", que ressurgira nas heresias escatológicas e no milenarismo dos grupos oprimidos e esfomeados, aos quais o Apocalipse surgia como esperança e alimento, se esgotara em si mesmo.

Sem o contrapeso do milenarismo, no século XII, o Tempo apareceu instalado na Eternidade, isto é, como Tempo linear, com sentido, direção, caminhando para Deus, e as transformações econômicas propiciaram a retomada da reflexão sobre a História, principalmente à partir do desaparecimento do Império Romano, da barbarização do Ocidente, da restauração carolíngia e da restauração ottoniana. O Cristianismo, inserido na evolução histórica, dominada pela Providência, e ordenada pela Salvação, precisava esclarecer as causas segundas, estruturais ou contingentes. Havia a necessidade de ultrapassar um duplo obstáculo: a visão judaica de Eternidade estática e o simbolismo medieval, que não permitiam a investigação e a sistematização da realidade concreta do tempo da História, para se obter uma concepção de tempo maleável.

Hugues de Saint-Victor, segundo Le Goff na obra citada, recuperou a história: "*historia est rerum gestarum narratio*", uma narração seriada, com sucessão organizada, continuidade, articulação, elos de um sentido - iniciativas de Deus, fatos de Salvação. Esta História retomou uma das vias que já fora outrora trilhada: a teoria das idades, dos clássicos gregos, que então passou a ser semelhante aos Dias da Criação da Bíblia. História que desde então passou a usar a noção de transferência, "translações", a história das civilizações percebia como uma história de transferências, tanto no campo intelectual - o conhecimento se transferiu de Atenas para Roma, de Roma para Paris, como no campo político, onde o Império fizera também uma transferência. A ligação entre sentido do tempo e sentido do espaço aparece como uma

novidade revolucionária, a qual se soma a concepção organicista do Estado de João de Salisbury.

Mas, até então, Tempo era percebido como Dom, isto é, doação de Deus para usufruto dos homens, da mesma forma que ele doara o usufruto de outros elementos da natureza, como o sol e a água. Claramente, o Tempo como Dom não poderia ser submetido ao controle dos homens, não poderia ser utilizado de forma a permitir ganho material aos homens, pois tal significaria a exploração de algo que não pertencia aos homens.

De maneira quase imperceptível, o desenvolvimento econômico dos séculos XI e XII, o processo de aceleração econômica e as transformações das condições mentais, introduziram uma nova percepção do Tempo.

2- O TEMPO COMO SERVIDOR

Nos textos eruditos se elaborava lentamente uma nova percepção do Tempo, mas na vida concreta também uma nova realidade estava sendo criada e concebida.

O mercador do Ocidente europeu, que vagarosamente delinear a suas atividades, numa organização política-militar-religiosa na qual não encontrava muito espaço de atuação, foi um elemento básico para a ruptura da concepção de Tempo como Dom.

O mercador, que atuava no espaço do Mediterrâneo Ocidental e no espaço hanseático, estava submetido ao tempo natural, dia e noite; meteorológico, ciclo das estações, acidentes naturais como tempestades, desastres marítimos e terrestres. Diante de tais condições não podia ele fazer, a não ser se submeter humildemente às contingências naturais.

Entretanto, no processo de alargamento do mundo conhecido, o problema do tempo de viagem não ficou restrito às preocupações dos mercadores. O Estado, principalmente os que realizaram a proeza do alargamento do mundo, ficou com problema semelhante. Segundo Vitorino Magalhães Godinho: Em 1512 Afonso de Albuquerque escreve a D. Manuel: *"olhe Vossa Alteza o que assina pera a India, que é muito longe"...*, e D. João de Castro, em 1546, parece fazer-lhe eco: *"primeiro que hajamos respostas de nossas cartas e Vossa Alteza queira secorrer as nossas necessidades, dá o sol muitas voltas, e que acaba de fazer duas inteiras revoluções"*⁽³⁾.

Questões novas para mercadores e para Estados: distâncias a serem calculadas em tempo, outra forma de organização comercial, questão de armazenagem de mercadorias, questões de empate de capital.

Distâncias, demoras, dificuldades do meio físico, dificuldades de comunicações: *“Para a Índia as naus do reino tem de desaferrar de Lisboa em Março ou primeiras semanas de Abril, para lá chegarem em Setembro; de Cochim e Goa levantam ancora em Dezembro, para ancorarem no Tejo da segunda quinzena de Junho até a primeira de Setembro... As ilhas de Cabo Verde estão a umas duas semanas de Lisboa, São Jorge da Mina a uns quarenta a cinquenta dias de navegação. Entre a capital portuguesa e La Rochelle gastam-se sete a oito dias, até o porto de Antuérpia ou a Amsterdão uns doze ou quinze, ... os navios que vem carregar sal a Setubal contem com um mês de viagem: entre o Tejo e Livorno há que contar com umas três semanas...”*.

Da mesma forma que o espaço se tornava objeto de contagem e medida, também o tempo, porque tinha que ser levado em consideração na viagem, na organização das redes comerciais, nos preços dos produtos e mesmo na duração do trabalho artesanal.

A necessidade de regulamentar o tempo foi se impondo, pois estava começando a cunhagem de moedas de ouro; a diversificação das moedas reais; o bimetalismo começava a se impor e as flutuações de valor começavam a se fazer sentir: o câmbio se organizava, a Bolsa estava em germinação.

A questão de justa medida do tempo aparecia também de um outro ângulo, além do comercial, que exigia contabilidade, relações de viagem, práticas comerciais consensuais, letras de câmbio, naquele das corporações de ofício, com seus estatutos.

O Tempo que surgia era um tempo novo, mensurável, orientado, previsível, sobreposto ao Tempo eternamente recomeçado e imprevisível do meio natural.

Apareceram os primeiros relógios comunais que marcavam as horas das transações comerciais e as horas de trabalho dos artesãos, operários têxteis - os mercadores da comuna instalavam o instrumento, que assinalava o seu domínio sobre o Tempo do trabalho.

Ocorreu a transformação do Tempo, que passou a ser racionalizado, laicizado, mensurável, mecanizado, com valor. Ao Tempo da Igreja, marcado por sinos, por ofícios religiosos, pelos quadrantes solares ou pelas clepsidras - tempo concreto, se opôs o Tempo dos mercadores: tempo do relógio, que marcava tarefas laicas e profanas, o tempo urbano do trabalho e das transações, medido como o espaço, pela duração de um trajeto, pela mentalidade de outros caminhos.

2.1- O TEMPO DO TRABALHO

No Ocidente europeu medieval o dia de trabalho era definido pelas condições naturais, o levantar e por do sol: uma unidade única para medir o dia de trabalho no campo e o trabalho urbano, cujas divisões eram as horas religiosas, reminiscências da Antigüidade romana.

A atividade humana, dizendo melhor, o trabalho era demarcado pela luminosidade: o tempo de trabalho era de uma economia determinada pelos ritmos agrários, sem pressa, sem preocupação com exatidão, sem inquietudes sobre produtividade. Segundo Le Goff, tal descrição corresponde a de uma sociedade sóbria e pudica, sem grandes apetites, pouco exigente, pouco capaz de esforços quantitativos.

Podemos considerar, da mesma forma que o autor citado, o marco da transformação a introdução do trabalho noturno: heresia urbana, interdita e punida com pesadas multas.

Mas, a divisão interna do dia de trabalho lentamente estava sendo alterada, em evolução pouco notada: a hora "none" que corresponde as 14:00 horas foi recuado para as 12:00 horas, introduzindo a pausa para uma refeição na oficina, e iniciando um processo de subdivisão do dia de trabalho.

No final do século XIII o conflito pelo horário de trabalho já estava firmemente estabelecido, com o avanço do trabalho noturno, iniciando-se o questionamento da noção de "dia laboral".

Na crise do século XIV a definição de "dia laboral" tornou-se mais eficiente: inicialmente os operários solicitaram sua ampliação, depois solicitaram aumento salarial, com o argumento que haviam aumentado os pesos e as dimensões dos tecidos.

Le Goff considera tais argumentações como expediente dos trabalhadores têxteis para aliviar a crise, com a deterioração dos salários reais e a alta dos preços.

A autorização do trabalho noturno foi dada por Felipe, o Belo.

Por sua vez, os patrões procuraram regulamentar rigorosamente o dia de trabalho, instituindo os "sinos de trabalho", torres com sinos especiais que regulavam o trabalho nas cidades têxteis, delimitando o tempo dos tecelões, que era também o tempo dos novos mestres - em uma conjuntura de crise a ascensão social se tornara possível.

A introdução dos "sinos de trabalho" não ocorreu de forma pacífica. Em diversas localidades, os trabalhadores se revoltaram contra eles. Entre o século XIV e início do século XV a questão entre patrões e operários esteve centrada na duração do dia de trabalho, incorrendo em pesadas multas

aqueles que desobedecessem aos horários. A redução do dia de trabalho também foi motivo de conflito, da mesma forma que a criação da diferença entre dia e dia laboral; a inserção de tempo de descanso no decorrer do dia laboral, a admissão do tempo para o trabalho pessoal.

Devemos considerar que nas comunas o tempo marcado pelo “sino de trabalho”, pelo “sino do mercado”, que assinalava o tempo urbano, diverso do tempo religioso, servia simultaneamente para as atividades de defesa, administração, convocação de reunião de conselho e juramentos.

A vida urbana começava a ser lentamente aprisionada pelo sistema cronológico - tempo do quotidiano, tempo de horas certas, tempo do trabalho medido. As igrejas perderam o monopólio do controle do tempo, sinal importante do início do processo de laicização.

Le Goff destaca com atenção especial o fato de que os “sinos de trabalho” na realidade não traziam consigo qualquer inovação tecnológica e, significavam uma nova relação com o Tempo, pois a separação entre tempo natural, tempo profissional e tempo sobrenatural acabou desenvolvendo novas formas de pensamento, especialmente a que possibilitou a separação da profissão da Salvação.

2.2- O TEMPO DO ESTADO E DA IGREJA

Indicador preciso do grau profundo das transformações que estavam ocorrendo no Ocidente medieval europeu, o novo Tempo, originário das necessidades burguesas, rapidamente passou a ser expressão do poder real: os sinos de Paris, desde 1370, com Carlos V, deveriam ser regulados pelo relógio real.

O Estado, ainda que na figura de um soberano, passou a ser o indicador do tempo racionalizado, transformando o novo tempo em Tempo do Estado.

No interior da Igreja surgiu também uma outra conceituação de Tempo. No debate entre essencialistas e nominalistas a questão do Tempo como o campo das decisões imprevisíveis de Deus onipotente foi sendo formulada.

No discurso dos místicos, Tempo assumiu também uma nova visão, uma nova dimensão temporal: na primeira metade do século XIV, a perda de tempo transformou-se em pecado, um escândalo espiritual.

Na busca da unificação das consciências, rompida pelas novas formulações do Tempo, a Igreja recorreu a evolução da confissão, introduzindo manuais de confissão: a questão da coerência de comportamento tornou-se importante, e nela, os que rompiam com a relação natural do tempo, podiam,

por obras beneficentes, recuperar a relação com a religião, ou melhor ainda, no final da vida, doar seus bens e retirar-se para um mosteiro. Houve também o desenvolvimento da legislação canônica, e o surgimento de uma reflexão moral sobre a usura.

No Renascimento reapareceu o sentido helênico de Tempo, como tempo cíclico, tempo do eterno retorno. O reencontro com a concepção aristotélica de Tempo como movimento, apoiada por São Tomás de Aquino criou a base da rearticulação do Tempo da Igreja com o Tempo dos homens.

2.3- O TEMPO DOS HOMENS

O homem do Renascimento, o humanista, por definição era o senhor de seu tempo. Em oposição à medievalidade, Tempo, **dom de Deus**, transformou-se em Tempo, **propriedade dos homens**.

Le Goff cita Alberti sobre as três coisas que pertencem ao homens: fortuna, corpo e tempo.

A hora tornou-se medida de vida, o homem passou a ter controle sobre ela: nunca perder uma hora tornou-se em virtude, tanto para a visão católica da disciplina e organização, como para o humanista, cuja virtude era a temperança.

A nova iconografia que surgiu atribuiu ao relógio a medida de todas as coisas.

A transformação foi radical: o homem do Renascimento tornou-se o senhor de seu tempo, porque passou a ele definir políticas, atividades econômicas e posições intelectuais. Por sua Fortuna e por sua Virtú, podia ele decidir os atos e fatos de sua vida.

O Tempo, **dom de Deus**, transformou-se em Tempo, **servidor dos homens**, pois os mercadores passaram a usá-lo, na sociedade urbana que se instalava na Europa ocidental, tanto como medida do tempo de trabalho do operário, definindo e demarcando as atividades do trabalho, rompendo com o esquema do dia natural, como em elemento de cálculo de lucro, permitindo o ganho em cima do tempo.

No momento que aos homens passou a ser dado o controle do Tempo, transformando-o em serviçal, permitindo o lucro sobre seu transcurso, abriu-se também, para um desenvolvimento lento e paulatino, a possibilidade que, de servidor dos homens, o Tempo se transforma em Senhor.

De início, apenas os trabalhadores urbanos estavam submetidos ao domínio do tempo do trabalho, mas com o desenvolvimento tecnológico, todos os trabalhadores, manuais ou não, se transformaram em serviçais do tempo.

3- O TEMPO COMO SENHOR DOS HOMENS

E. P. Thompson⁽⁴⁾ chamou a atenção para a necessidade de sincronização no trabalho da sociedade industrial, a exigência de formação de novos hábitos de trabalho, com disciplina e divisão de trabalho levando a interiorização do tempo controlado em estudo muito conhecido.

Aos trabalhadores a submissão ao Tempo foi sendo cada vez mais exigida, de forma que eles se tornaram serviçais do tempo da máquina, da mecanização.

Hoje, no momento contemporâneo, denominado por alguns autores de “modernidade”, Tempo adquire uma nova percepção, uma nova forma de atuação, que esvazia a duração temporal, que trabalha só com o fragmento, o descontínuo, o instantâneo, o efêmero, o imediato - tempo hegemônico que se impõe ao indivíduo, o domina em sua lógica despótica - tempo comedor do tempo.

3.1- O TEMPO DO TRABALHO

No desenvolvimento do capitalismo, desde o seu início, havia a preocupação de ganhar tempo, pois o ganho sobre o tempo aumentava os lucros. No século XIX o tempo do trabalho dos homens foi submetido totalmente ao tempo das atividades das máquinas. O investimento capitalista, buscando sempre o máximo de rentabilidade, explora homens e máquinas. Taylor, no início deste século, organizou o tempo industrial, em blocos definidos pela máxima produtividade. Em nossos dias, progresso tecnológico significa caça ao tempo morto e obsessão pela rapidez.

Diferentemente do capitalismo clássico, que se expandiu pelo espaço, no de hoje, o Tempo é um dos campo principais de sua expansão: o crescimento capitalista se deslocou para a dimensão do Tempo, explorando mais rigorosamente as cadeias temporais, definindo as durações, reduzindo-o as partículas cada vez menores, assegurando no interior dele a reconversão de uma expansão capitalista, independente do espaço, e se firmando no presente imediato.

Cada vez mais, o controle de tarifas é feito por cálculo de tempo de utilização e não por distância.

O Tempo se transformou em hegemônico e despótico. Por sua vez, o uso de equipamentos cada vez mais rápidos, passou a exigir maior tempo de preparação, de planejamento prévio (como previsão financeira, previsão de mercado, planos de distribuição) - todos elementos que no concreto alongam o tempo da produção.

Diante de tanta velocidade, tanta pressão, os seres humanos resistem, pois a precisão do tempo das máquinas agride o tempo dos homens, o tempo vivido.

Na realidade diária, o ganho de tempo realizado por um processo tecnológico acaba sendo perdido nas restrições humanas, necessárias para o seu uso. Por exemplo, o tempo de vôo diminuiu, mas o tempo de viagem aumentou; os aeroportos foram afastados da área urbana; o tempo de espera nos saguões dos aeroportos aumentou pelos sistemas de controle e segurança; o tempo de desembarque diminuiu, mas o tempo para se atingir o outro local aumentou, pelo mesmo processo descrito acima.

3.2- O TEMPO DOS HOMENS

Hoje, todos nós somos serviçais e prisioneiros do Tempo: pelo modelo econômico, pela lógica do capitalismo, pelas exigências da ordem social, as cadeias do tempo invadiram a vida privada dos indivíduos.

Mesmo o tempo fora do trabalho, o tempo pessoal, foi submetido ao mesmo tratamento: a sociedade de consumo invadiu, programou, sincronizou, comercializou tudo: zonas turísticas, residências secundárias, artigos culturais.

O homem de hoje possui "fome de tempo", não pode perdê-lo, dispendê-lo. "Ganhar tempo" literalmente significa ganhar algo sobre alguém: não pode haver ganhos de tempo sem que ocorra perdas de tempo - o tempo dos conflitos de interesses.

Na sociedade contemporânea os seres humanos introjetaram um relógio interior, que serve de instrumento de servidão temporal. "Gerir o tempo", ter "tempo livre" transformou-se em anseio e pesadelo, tanto para os aposentados, como para os desempregados; também para uma classe ociosa em busca de lazer, e para as classes mais favorecidas.

O ser humano está preso ao Tempo: há uma forte pressão social para a programação rígida: planos, programas estratégicas - atos asseguradores, mas também invasores.

Tudo é dominado pelo tempo efêmero e instantâneo, até o próprio tempo pessoal - a própria vida afetiva mascara mal a relação com o modelo econômico dominante.

A sociedade superprogramada, supersincronizada, foge à realidade profunda do tempo vivido pelos homens, escamoteando o deslocamento unívoco no eixo da vida do indivíduo em direção à morte. Não há o reconhecimento dos tempos diferenciados, tais como o tempo da doença, o da juventude, o da "terceira idade". Não há complementaridade entre os diversos tempos, nem há relação de continuidade.

Entretanto, devemos destacar que o tempo individual é profundamente diverso do tempo do equipamento mecânico, criando novos problemas médicos, decorrentes de: uso incorreto da visão; ritmo de trabalho em vinte e quatro horas, atravessando dia e noite; inversão do uso do organismo humano através das estações, que até recentemente repousava no inverno e aproveitava o verão para o trabalho, ritmo invertido em nossos dias, com o verão utilizado como tempo de férias, e inverno como máximo de atividade.

Desta maneira, o Tempo transformou-se em senhor dos homens.

3.3- O TEMPO COMO SENHOR

O Tempo na modernidade⁽⁵⁾ é o tempo seqüencial, encadeado por gestos, operações, controles, para que renda plenamente, formado, composto por séries rígidas, organizadas em ordem imutável.

Programar o tempo é colocá-lo em ordem unívoca, em um eixo temporal linear, dominante, inelutável, irreversível.

A sociedade sincrônica integral, como resultado da programação do tempo, isto é, da quantificação dele, funcionando em tempo real, que é o tempo congelado do instantâneo, sem perspectiva de duração é a nossa, dominante e hegemônica.

Cada vez mais a atividade humana vai sendo regulada pela complexidade crescente de interconexões temporais, ampliando a sincronização que pesa sobre os trabalhadores: a atividade regulada por números crescentes de dados temporais torna-se mais pesada, mesmo que a duração temporal dela seja menor.

A sincronização abrange cidades, como zonas espaço-temporais, nomoprogramadas, rompendo velhos conceitos e hábitos, forçando todas as pessoas a uma programação rigorosa do tempo, tanto para o transporte diário para o trabalho, como para o desfrute do lazer.

Este Tempo, cada vez mais compartimentado, dividido, possui valor financeiro, de uso e consumo. Como exemplo da sociedade do instantâneo e do efêmero, temos os relógios digitais, que mostram apenas o momento e não mais a duração, onipresentes no espaço urbano central; a refeição em "*fast food*" e não mais a alimentação como ato de civilização. Mesmo no mundo agrário, sempre pensado como incólume ao tempo controlador, as colheitas agrícolas devem ocorrer mais rapidamente, para aumentar o valor do terreno, a lucratividade da atividade, para pagar os investimentos.

Na sociedade contemporânea, sincronizada globalmente, em que o Tempo e não mais o espaço é a fronteira da expansão última do capitalismo,

o “tempo real”, o tempo das máquinas eletrônicas, domina a vida humana, regula suas atividades, determina seu próprio valor.

Hoje, não há nação que esteja imune ao “tempo real”, pois tanto os Estados como o desenvolvimento científico o tornaram homogêneo e dominante.

Entretanto, os seres humanos resistem, criam conflitos: as temporalidades são justapostas mas não integradas. O tempo de repouso do corpo e da mente não está integrado ao tempo do trabalho remunerado; da mesma forma, o tempo livre das atividades materiais indispensáveis à continuidade da vida não é o mesmo tempo lúdico - o verdadeiro tempo livre.

Esta sociedade de tempo real desloca a relação com o passado, decompondo-o, esmaga o presente no imediato e instantâneo, destrói o futuro como pluralidade de possibilidades.

A duração torna-se um pesadelo, quase um valor negativo, se confunde com a perda de tempo - é o pleno domínio do “presentismo”, o presente em si mesmo, reproduzindo a si mesmo, uma sociedade fechada no intemporal, cortada do passado, cortada do futuro, com o contador sempre no zero.

Ironicamente, esta sociedade, dominada pelo tempo real, transformou o ser humano em seu servidor.

Se o sinal de partida para o desenvolvimento do capitalismo foi a transformação do Tempo que era **Dom** em Tempo como **Servidor**, nos dias atuais, tempo é **Senhor**, pois os seres humanos estão escravizados ao Tempo, são seus servidores, e, quanto mais ocupado o tempo, tanto mais importante social e economicamente o homem é.

Se o homem do Renascimento demonstrava seu poder regulando o uso do Tempo entre trabalho e lazer, o homem contemporâneo serve ao seu senhor fielmente, seguindo um ritmo de vida que tenta acompanhar o “tempo real” das máquinas, em suas decisões de negócios.

Neste ritmo acelerado do Tempo, a História foi sendo esmagada: fisicamente, pela transposição do conhecimento em dados quantificáveis e acumuláveis - os únicos que interessam, e concretamente, pelo crescimento exponencial infinito em tempo finito, que leva ao esgotamento do modelo de desenvolvimento. Ela se transformou em objeto de uso rentável: moda das antiguidades, moda de objetos autênticos, moda de simulacros baratos, apenas modas.

A modernidade recusa o passado, ela se vê como atemporal, um fim em si mesmo.

Entretanto, os seres humanos resistem duramente à escravização total

pelo Tempo: tanto em seus locais de trabalho, como em sua vida particular, apelando ao passado com o objetivo de procurar um outro futuro.

Há esperanças de um outro futuro formulado com uma nova divisão de trabalho: trabalhos em tempo parcial; flexibilidade de horários; trabalhos alternados; trabalhos nas residências e retirada progressiva do mercado de trabalho, para que o homem se torne novamente Senhor do Tempo.

NOTAS

- (1) Vide **O Tempo na Filosofia e na História**, vv. aa. São Paulo: IEA/USP, fev. 1991 (Coleção Documentos, Série Estudos sobre o Tempo, 2).
- (2) Vide LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média. nTempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa, 1980
- (3) Vide GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Arcádia, 1963.
- (4) THOMPSON, E. P. *Tiempo, disciplina y capitalismo*. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Ed. Crítica (1979).
- (5) Vide CHESNEAUX, Jean. **De la modernité**. Paris: La Découverte-Naspero, 1983